**ALIMENTAÇÃO NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

Ana Karolina de Souza Alves (discente); Drª Heloisa Regina Turatti Silva2; Drª Paola Egert3 (orientadora) Fabiana França

**RESUMO:**

Quando os hábitos alimentares são analisados do ponto de vista econômico, podemos ver que a qualidade e a variedade dos alimentos mudam conforme o poder aquisitivo da população, tendo a população de baixa renda uma maior vulnerabilidade às deficiências nutricionais, que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes. A questão da insegurança alimentar moderada e grave concentra-se em famílias com maior número de membros, menor renda, maior aglomeração intradomiciliar, expostas a condição de saneamento básico precária e cujos responsáveis e membros têm menor escolaridade. Porém não é nenhuma novidade, que, na nossa realidade social, a identificação de que parcela expressiva da população brasileira vive em condição de insegurança alimentar ou fome, do mesmo modo que não surpreende a sua distribuição desigual nos diferentes níveis sociais. Este trabalho teve como objetivo analisar os hábitos alimentares de famílias de baixa renda levando em consideração suas escolhas alimentares e renda mensal.

**INTRODUÇÃO:**

O ato de se alimentar e alimentar familiares é uma das atividades humanas que mais reflete a enorme riqueza do processo histórico de construção das relações sociais que se constituem no que podemos chamar de “humanidade”, com toda a sua diversidade, e que está intrinsecamente ligado à identidade cultural de cada povo ou grupo social. (VALENTE, 2002).

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Uma alimentação deficiente e inadequada provoca consequências que afetam no crescimento e desenvolvimento das crianças, como déficit de atenção, doenças carenciais, doenças infecto-contagiosas, podendo derivar de precárias condições sociais, educativas e econômicas da família, além de dificuldades em assistência à saúde e cuidados durante a infância, por conseguinte, todos esses fatores afetam na qualidade de vida da criança.

O Brasil é considerado o terceiro país com elevado índice de desigualdade de renda no mundo, perdendo apenas para Malavi e África do Sul. Nosso país é rico, mas injusto com muitos pobres, onde essa desigualdade é o principal fator de pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001)

Alimentar-se de maneira adequada, nos dias atuais, tem sido cada vez mais complexo, uma vez que as dificuldades em adquirir alimentos adequados e de qualidade se tornam cada vez maiores devido às dificuldades financeiras vividas por grande parte da população atual (GONDIM et al., 2005).

Diante do contexto apresentado, este trabalho teve como objetivo analisar os hábitos alimentares de famílias de baixa renda levando em consideração suas escolhas alimentares e renda mensal.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Insegurança Alimentar, Alimentação, População, Baixa renda

**MÉTODO:**

O presente estudo utilizou o banco de dados de um projeto maior, que aborda Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento Local, conduzido pela UFMS e UCDB. Analisamos através de dados de artigos e de autores o comportamento do consumidor de baixa renda.

Realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica para um melhor aprofundamento teórico sobre o tema. Este trabalho será desenvolvido através de pesquisas, leituras de livros que falam sobre a escrita e leitura e do relacionamento que ambas exercem em relação a alimentação em famílias de baixa renda. Sabemos que há um conjunto muito amplo sobre o tema, estaremos analisando vários conceitos a fim de esclarecer de forma transparente para que todos possam entender ao ler a pesquisa.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Considerando que possuem recursos escassos para gastarem com alimentos mais caros, e considerando que as formas atuais de distribuição são menos eficientes para famílias de renda baixa, o preço é primordial na escolha dos alimentos nessa classe social. Por outro lado, não significa que a racionalidade econômica seja, de fato, sempre dominante nas escolhas de consumo.

Considerando, ainda, a relação de proporcionalidade inversa entre preço e renda, quanto menor a renda da população, maior a importância do preço como critério de escolha dos produtos alimentícios. Estudo realizado no mesmo território, com uma amostra de 1.200 pessoas, confirma essa afirmação. **Oliveira et al. (2010)** afirma que variáveis socio econômicas (renda, escolaridade, tamanho de família) impactam no comportamento de consumo de alimentos, principalmente no que diz respeito ao comportamento saudável; ou seja, quem tem menor renda tende a ser ﬂexível em sua decisão de compra de alimentos quando existem mudanças no ambiente econômico, o que vai de encontro às sugestões da FAO (2008).

Assim, a população de baixa renda mostra-se preocupada com a saúde, e sabe que comer frutas e verduras (94%) e comer várias vezes ao dia em pequenas porções (58%), são práticas adequadas para alimentar-se melhor. Porém resta a questão preço, que pode acarretar ainda na escolha errada dos alimentos que fazem bem à saúde. O hábito alimentar da população brasileira originou-se a partir da miscigenação de culturas existentes ou trazidas ao país. No Brasil, a alimentação teve inﬂuência da cultura indígena, por meio do modo de economia alimentar que eles utilizavam, como a atividade coletora, vivendo à custa da natureza e utilizando a mandioca na produção de variados alimentos. A alimentação vegetariana teve papel fundamental na atividade de subsistência, bem como a caça e a pesca. A contribuição da cultura alimentar de Portugal era mostrar a existência da oliva; já os africanos introduziram o consumo de manga, de arroz e da cana-de-açúcar. Na atualidade, foram percebidos importantes mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, tais como: a redução no consumo *per capita* de arroz, o aumento do consumo da carne, ovos e laticínios, e um incremento nos gastos com produtos industrializados (**CONTRERAS; GRACIA, 2011**).

Mas nem toda a população pode usufruir de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes regularmente. Concernente a essa afirmação, **Monteiro (2003)** afirma que a população de baixa renda, mesmo tendo acesso ao alimento, se mostra propensa a economizar na compra, o que pode significar a redução da qualidade de vida e da variedade. Segundo **Belik (2003)**, a fome não está apenas ligada à quantidade de alimentos consumidos, mas, também, à qualidade desses alimentos. Assim, um estudo para verificar os hábitos alimentares de uma determinada população proporciona base para a formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

**CONCLUSÕES:**

Considera-se ser possível manter uma alimentação adequada, mesmo com poucos rendimentos, já que existem métodos que auxiliam a reduzir o custo do cardápio, como já citados neste trabalho, incluindo a elaboração de uma cartilha com receitas de aproveitamento integral dos alimentos contribuindo para redução nos custos com alimentação e proporcionar uma alimentação saudável para as famílias em estudo.

Além do que, muitas pessoas gastam dinheiro com alimentos não saudáveis (refrigerantes, biscoitos recheados, doces, salgadinhos), o que pode ser modificado a partir de orientação nutricional para realização de escolhas alimentares adequadas, sendo importante a presença do profissional nutricionista na saúde pública, já que este profissional é habilitado para estimar as necessidades nutricionais da população e transmitir informações e conhecimento sobre alimentação e nutrição adequada.

**REFERÊNCIAS:**

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R. A.; MENDONÇA, A. C **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil,** Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricionalsan/consad>. Acesso em: 08 out. 2023.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil, Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. 496p.

GONDIM, J. A. M.; MOURA, M. F. V.; DANTAS, A. S.; MEDEIROS, K. M. S. **Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas**. Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campinas, v. 25, n. 4, p. 825-827, 2005.

MALUF, S.R.; MENEZES, F.; VALENTE, L. F. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil.** Revista Cadernos de Debate, Campinas, v. 4, p. 66 – 88. 1996.

MONTEIRO, A.C. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil, Estudos Avançados**, v.17, n.43, p.7-20. 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Política Nacional de Alimentação e Nutrição 2.a edição revista Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 2003.

OLIVEIRA, L. D. S.; WATANABE, E. A. M.; LIMA-FILHO, D. L.; SPROESSER, R. L. Public policies for food security in countries with diferents income levels. International Public Management Review, v. 11, n. 3, p. 122-141, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Diet, nutrition and the prevention of excess weight gain and obesity Geneva: WHO, 2003. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO\_trs\_916.pdf> Acesso em: 7 out. 2023.

VALENTE, F.L.S. **“Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente”** 1ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2002. p. 103-136.

**FOMENTO**

Os dados deste estudo podem ser úteis tanto para as políticas públicas quanto para a classe empresarial. No que diz respeito a políticas públicas, o conhecimento das escolhas alimentares ser dependente do recurso disponível (dinheiro, tempo e esforço) para essa população poderia contribuir para uma melhor orientação das políticas de distribuição de renda e saúde pública, que pretendem melhorá-las através da alimentação.

No que diz respeito a contribuições gerenciais, este estudo oferece a caracterização do comportamento de consumidor de alimentos de baixa renda, residentes em pequenas cidades, que serve como base para desenvolvimento de estratégias orientadas para o mercado, conhecimento essencial para que os agentes da cadeia produtiva (agricultores, fabricantes e varejistas) agreguem valor aos produtos, podendo direcionar tipos de alimentos para as diferentes classes sociais.